

anti— ~~capitalista~~

A cidade,
lugar da
democracia



David Harvey e a luta
pelo espaço urbano
P. 3-4

Políticas alternativas
na cidade
P. 5-6

Cidades de democracia agrilhoada

Foi nas cidades que nasceu a democracia, mesmo que fosse muito distinta das formas políticas que hoje ocupam esse nome. A democracia ateniense baseava-se na opinião pública, porventura expressa em foruns e assembleias, dos homens proprietários de escravos (e das mulheres), e era delegada em senadores, cônsules e mais tarde, em Roma, mesmo em ditadores, que assumiam todos os poderes por um período de tempo que devia ser limitado. A democracia não era o regime parlamentar e governamental que hoje clama ser herdeiro destes poderes gregos e romanos. Mas, em todo o caso, foi em cidades, em aglomerados urbanos com alguma dimensão, que se colocou o problema de organizar a vida (e a disputa) social, as cadeias de produção e de distribuição, o espaço e as infraestruturas e serviços coletivos, mesmo que de forma tão precária desde a antiguidade até hoje. Por isso, dedicamos esta edição às cidades.

A economista Mariana Mazzucato argumentou recentemente que as cidades são a fronteira ou a trincheira para o combate bem sucedido contra a extrema-direita. A razão seria esta: se a conquista da base popular que se inclina para o fascismo se deve garantir pela concretização de respostas efetivas à angústia social e às privações ou inseguranças de partes importantes da população, só nas cidades – e não nos governos – se consegue organizar respostas em tempo curto, que sejam visíveis e notáveis. Os exemplos de Cádiz, Barcelona ou Cidade do México servem, nesta edição, para indicar algumas das medidas que se podem alcançar nesse sentido. Daí resultam ideias transformadoras, o que se investiga nesta edição a partir das teorias de David Harvey ou de Henri Lefebvre, dois homens que se dedicaram à geografia e sociologia urbanas.

Essas ideias são traduzidas em propostas. A cidade-refúgio é um modelo de cidade aberta contra as perseguições e o destino. A cidade para as pessoas felizes é uma resposta de resistência e de alternativa. A cidade das bibliotecas e dos espaços públicos é um crescimento da exigência cultural para toda a gente. Uma cidade segura, ou para os idosos, ou para as crianças – para toda a gente, uma cidade de bairros para viver – é uma resposta política e, se seguirmos Mazzucato, uma resposta poderosa contra a extrema-direita.

Olhamos para as cidades sem ingenuidade. São lugares da luta de classes, da organização fundiária, de poderes arraigados e de violência e discriminação. E até de hipocrisia: o fervor com que os liberais condenaram os casos revelados de venda de barracas nos bairros perigieros e desconhecidos de Lisboa é parte desse anedotário, como se não lhes coubesse em coerência elogiar o espírito empreendedor de quem rentabiliza o chão em que vive e as paredes que nele construiu. Contra essa hipocrisia, investigamos e discutimos ideias sobre como se estruturam e desenvolvem as cidades dentro da cidade.

Que o espaço social não são só cidades é-nos lembrado por um último artigo, que critica o abandono do campo e da vida rural por parte das esquerdas. Se bem que os regimes sociais sejam distintos – dada a relação de propriedade e de produção no campo e na cidade – somos assim obrigados a pensar que há distintos modos de vida em que as comunidades se podem organizar.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

- 2 **Editorial**
Cidades de democracia agrilhoada
- 3 **Um significante a preencher**
Maria Manuel Rola
- 5 **Cádiz: balanço de oito anos de gestão municipal**
Lorena Gárron
- 6 **Disputar o Sentido em Tempos de Emergência: Barcelona, Valência, Múrcia**
Bruna Lee Azado
- 8 **Morena e a cidade do México**
Joana Teixeira
- 10 **Cidades solidárias contra o ódio: a propósito das “cidades-refúgio”**
Hugo Monteiro
- 12 **Que cidade serve o medo?**
M. Leonor Figueiredo
- 13 **Bibliotecas para a democracia**
Paula Sequeiros
- 14 **A cidade será mesmo de toda a gente?**
Teresa Alves Martins
- 15 **Cidades para pessoas felizes: um ato de resistência**
Ricardo Moreira
- 16 **Só conta quem aparece – como a monocultura da cidade foi deixando muita gente para trás**
Andreia Galvão

Ficha Técnica

Conselho Editorial	Design Gráfico e Ilustração
Alda Sousa	Duarte Santos
Ana Feijão	
Ana Vasquez	Paginação
Andrea Peniche	Tiago Tavares
Andreia Baptista	
Daniel Borges	Participaram nesta edição
Diogo Machado	Andreia Galvão
Francisco Louçã	Bruna Lee Azado
Hugo Monteiro	Hugo Monteiro
João Alcobia	Joana Teixeira
João Bernardo	Lorena Gárron
Narciso	Maria Leonor Figueiredo
José Miguel Ricardo	Maria Manuel Rola
José Miranda	Paulo Sequeiros
Maria Leonor Figueiredo	Ricardo Moreira
Marco Marques	Teresa Alves Martins
Maria Manuel Rola	
Nádia Leal	
Patrícia Felício	
Paulo Antunes	
Ferreira	

Um significante a preencher

Por Maria Manuel Rola

David Harvey, nas pisadas de Henri Lefèbvre, pensa a cidade, o direito à cidade e o espaço de mobilização transformador que este pode representar. É o que se discute neste artigo.

Atualmente, com a tentativa de expulsão de quem trabalha e vive nas cidades para as entregar ao luxo ou ao negócio turístico, este significante é, novamente, alvo de disputa. É habitual em documentos públicos, que procedem à expulsão de populações e à mercantilização e privatização do espaço haver uma justificativa associada com o direito à cidade. Não obstante, diversos exemplos de movimentos que reivindicam o direito à cidade ou ao lugar mostram como as políticas públicas neoliberais, como diria Harvey, são menos efetivas onde mais necessárias e efetivas onde mais dispensáveis.

Este movimento não é novo. Robert Moses em Nova York nos anos 60 ou Haussmann nos anos 60 do séc. XIX em Paris, com base na ideia de higienização e urbanização, expulsaram as classes populares dos territórios centrais destas cidades para a infraestrutura pública – no caso de Nova York, autoestradas, no caso de Paris, grandes avenidas. Auzelle chegou a desenhar um plano de desenvolvimento para o centro histórico do Porto que o demolia. Felizmente, em 69, Fernando Távora foi encarregue do desenho desta zona que implicaria a reabilitação do espaço da Ribeira/Barredo mantendo a sua traça e os habitantes – passíveis de continuar a acolher em condições de habitabilidade. Apenas no início do século, com a intervenção de Rui Rio e com o apoio de fundos comunitários e políticas que favorecem o turismo, o centro histórico do Porto foi gentrificado. Estes movimentos, maioritariamente promovidos por entidades públicas, potenciam o valor dos solos através de processos de desposseção, que ocorrem inicialmente por iniciativa pública, nesse processo de planeamento urbano e, mais tarde, por iniciativa privada, de forma a conseguir fechar o fosso entre a renda praticada e a potencial – exponenciada pela intervenção pública e políticas financeiras.

Em Portugal, o movimento de suburbanização das cidades nos anos 80, e de urbanização depois da Crise Financeira, evidenciam este fluxo que Harvey enuncia como *spatial fix* e que Neil Smith concretiza depois como *rent gap*, associado a processos de gentrificação. A resposta sistémica do capitalismo às crises de acumulação desloca o capital para ganhos de lucro em territórios que não se encontram saturados, assim suburbaniza – expande – quando o centro das cidades não permite maior acumulação, e densifica quando existe um intervalo suficiente que exponencie os ganhos nos centros das cidades. No Porto e em Lisboa, por exemplo, o

abandono – das entidades públicas e privadas – a par com as políticas do crédito bonificado e de alavancagem da banca e da construção, potenciou a suburbanização e o abandono do centro das cidades. Com este processo concluído, e com a crise financeira, potenciaram-se políticas de reabilitação com apoios públicos que exponenciaram a *Renda Potencial do Solo* a extrair nos centros. A Lei dos Solos parece indicar que estamos a entrar no fluxo de expansão, embora o capital atual tenha características distintas ao mobilizado no final do século passado e início deste.

Estes processos de movimentação do capital implicam desposseção, privatização e mercantilização. Vemo-los cada vez mais violentos, em territórios urbanos e rurais, ambos por atividades extrativas, umas associadas a atividades de extração de matérias, como o caso do lítio – ou outros materiais “menos verdes” – no interior de Portugal, outras associadas a apropriação do solo em si, como ocorre com as atividades imobiliárias e turísticas nas cidades, onde o que ocorre em Loures ou na Amadora demonstra precisamente como a desposseção se usa para libertar o potencial de renda do solo numa área metropolitana que tem vindo a ver o valor de renda disseminado em mancha de óleo desde o epicentro em Lisboa. Aqui, a lei do mercado – com a intervenção “invisível” das políticas urbanas neoliberais – tende a favorecer o aumento dos preços, não a baixá-los. Estas “intervensões invisíveis” apenas são apreensíveis através dos documentos, cada vez menos publicitados, das intervenções públicas que se desenham e que podem tardar anos em concretizar-se. Um Plano Diretor Municipal e outros instrumentos de gestão territorial não são acessíveis, não são devidamente comunicados, nem devidamente participados para que estes processos de definição urbana possam garantir o direito de posse e um desenho urbano que garanta a manutenção do espaço percecionado do quotidiano de quem o vive, com transformações de quem o usa e pode usar.

Cidade neoliberal, produtora de segregação

Em 1969, David Harvey investigou em Baltimore a influência das condições de habitação nas mobilizações pelos direitos civis que ocorriam nesses anos. A zona central estava bastante degradada e a população que aí vivia era maioritariamente negra. A investigação contou

com participação dos envolvidos no mercado habitacional – proprietários, instituições financeiras, administração pública – e uma das questões que ficou clara foi a desigualdade produzida pelas políticas públicas e pelo sistema de crédito. Neste último, o investimento privilegiado direcionava-se às zonas suburbanas da cidade. No entanto, à primeira vista, a taxa de retorno no centro seria mais vantajosa – o dobro das zonas menos degradadas – mas o crédito que se conseguia para os subúrbios dobrava a taxa de retorno em relação às zonas centrais. O crédito garantido aos investidores tinha melhores condições devido ao risco associado às zonas mais degradadas, diziam os investidores e as entidades financeiras. A alavancagem financeira direcionava os investimentos para fora da cidade com uma política de crédito que não financiava o centro da cidade que apenas poderia ser financiado, diziam as entidades financeiras, com seguros públicos que amortizassem o risco. Um círculo vicioso que direcionava os investimentos privados para um certo território com maior capacidade de, por si só, se regenerar. Todo o sistema produzia esta desigualdade com base em empréstimos e financiamento privado.

Também a fiscalização das condições habitacionais era disfuncional. Os inspetores optavam por inspecionar zonas fora da cidade e pouco o faziam na zona central, uma vez que neste território encontravam vários problemas difíceis de resolver pelas populações que, por si só, não tinham rendimentos para tal e proprietários indisponíveis para regularizar, fugindo com frequência às solicitações da administração. Já nas zonas suburbanas, os técnicos não encontravam tantos problemas e estes eram resolvidos rapidamente. O tempo, dinheiro e recursos gastos para intervir em diferentes zonas dos territórios era muito diferente, e a efetividade dessa intervenção tinha resultados bastante distintos. As políticas e administração pública privilegiavam a intervenção em territórios com taxas elevadas de proprietários. Mais uma vez, as políticas sociais são mais efetivas onde menos necessárias e menos efetivas onde deveriam ser. Harvey foi assim sendo introduzido às questões de classe que se espelham e desdobram nos territórios através da intervenção pública. A população pobre não tem recursos e dinheiro para pagar uma renda justa que garanta a manutenção das habitações. Harvey compreendeu então, que a forma de o capital resolver estes problemas é através da sua deslocalização, o que provoca novos problemas e contradições, pela expulsão das populações, pela falta de resolução dos problemas em si, pela cidade segregada que cria com estas políticas de direcionamento territorial, seja pelo investimento privado, seja pelos projetos de reabilitação urbana promovida pelas entidades públicas.

Lutar pelo Espaço Percecionado

Falar de Harvey é também falar de Lefèbvre que em 1974 lança o livro “A produção do espaço” onde avança a ideia de que o espaço e a sua organização são um produto social que se cria e transforma pelas relações sociais, de poder e de produção. Neste livro avança então com a tríade espacial: espaço percecionado, es-

Um significante a preencher (cont.)



paço concebido e espaço vivido. Recentemente, numa visita a Istambul num Congresso de Planeamento, assisti à elaboração da relação desta tríade com a mobilização que ocorreu nessa cidade – e na Turquia – pelo direito à cidade, mas também à democracia. As mobilizações de Gezi Park, junto à praça Taksim, permanecem como espaço potencial de mobilizações futuras contra um regime ditatorial. Em Gezi, em 2013, um campo de protesto espontâneo contra um projeto de reabilitação urbana que pretendia instalar um centro comercial naquele local – ao mesmo tempo que o mascarava de uma pedonalização da área – concentrou todas as exigências de direito à cidade, à democracia, à manifestação, ao espaço público que diversas entidades iam construindo nos seus espaços políticos. A relevância deste momento é que ele concretizou esta desposseção do espaço da cidade que vinha já a ocorrer em Istambul e levou a que a generalidade da população se sentisse no direito e dever de defender o parque e a praça emblemática onde se festejava habitualmente o 1º de Maio – todos os festejos e manifestações estão agora proibidas nestes locais e não pode haver agrupamentos de mais de 5 pessoas. O espaço do quotidiano, de uso, fluxo e rotinas – espaço percebido – estava a ser posto em causa pelos planos desenhados pelo poder estatal – espaço concebido –, o que produziu uma apropriação destes espaços – espaço vivido – por um conjunto alargado e diverso da sociedade turca – ocorreram mobilizações também em outras cidades. O campo de protesto que se instalou em Gezi tinha uma biblioteca, café, mesquita, rádio, cozinha e outros espaços coletivos e imaginava futuros possíveis ao defender o simbolismo e o espaço do quotidiano que Gezi e Taksim representavam. Esta é a possibilidade aberta pelo que Lefebvre chama de “sociedade-urbana”, a construção de espaços de vida coletiva que podem replicar-se e deixar a semente para essas transformações que, mais tarde ou mais cedo, chegarão. Em Istambul, ficou evidente, que mais tarde ou mais cedo, a memória desses dias e a sua repressão posterior – aos dias de hoje ainda existem pessoas a ser presas por tentativa de golpe de estado – será o combustível para novas mobilizações. A “sociedade urbana”, nesses tempos e neste local ensaiada, representa assim uma forma distintamente radical de organização social, em que o espaço é apropriado e não dominado, onde o uso e a experiência vivida prevalecem sobre o valor de troca e o controle. Foi – e diria que está a ser – construída pela luta coletiva, pelo reconhecimento que permitiu do direito à centralidade e a condições de centralidade, e pelo imaginário que concretizou da necessidade de espaços que resistem à homogeneização. Como isto não ocorre de forma linear, este processo encontra-se ainda em curso, mas a contestação que ainda existe à volta de Gezi, embora bru-

talmente reprimida, criou o imaginário político que mantém os diversos movimentos ativos. A resistência e apropriação criadas mantêm-se nos atores sociais e políticos que carregam a memória destes processos anteriores e de como a construção da cidade neoliberal se tem vindo a processar.

Construção interrompida do direito à cidade

Por estes dias morreu Nuno Portas, o arquiteto do Serviço de Apoio Ambulatório Local, processo que mobilizou a população por condições de habitação digna no pós 25 de abril. Conhecido como reformista, é também conhecido como obreiro do direito à cidade nesse período. De facto, ele e outros trabalhadores públicos à época colocaram-se à disposição para essa construção no curto período em que o SAAL existiu. As contradições e aprendizagens que este processo levantou estão ainda pouco sistematizadas – para além de um revivalismo musealizado nas últimas décadas. No entanto, toda a erupção, pós 25 de abril, teve no direito à habitação e à cidade – creches, por exemplo – um dos seus maiores epicentros com manifestações massivas, leis feitas conforme os processos no terreno, manutenção da população em terrenos centrais apetitosos para a especulação imobiliária, trabalhadores públicos, estudantes, comissões de moradores e moradores ativos para a concretização dos projetos reivindicados. Também o SAAL não aconteceu do nada, e já se ensaiavam e plantavam as sementes destas possibilidades no período da ditadura, não só pela falta de dignidade habitacional – muito evidente nas cheias de 1967 em Lisboa – mas também pelo ativismo de estudantes de diferentes setores. No Porto, o estudo de Fernando Távora para a zona da Ribeira Barredo mobiliza estudantes e a administração local, garantindo um novo projeto para esta zona, então fadada a desaparecer. No entanto, a leitura dos Diários da República, sobre a discussão constituinte relativa ao artigo 65º, revela que o que esteve em causa na discussão foi precisamente a definição do direito à cidade: qual o papel que deveriam ter as comissões de moradores era o ponto de tensão mais disputado. Tal como aponta Harvey, a possibilidade de luta coletiva mobilizada por diferentes movimentos que se conjugam na reivindicação do direito à habitação, à centralidade, ao espaço público, ao espaço do quotidiano, era uma ameaça ao controle e segregação dos territórios. E não será por acaso que muito desse processo vivo e tenso esteja atualmente pouco explorado e o pilar da habitação seja dos mais frágeis do Estado Social português. No entanto, as políticas neoliberais nas nossas cidades estão agora mais visíveis e a mobilização pelo direito à habitação, a parques infantis, a creches e outros serviços que garantem espaços de centralidade e de resposta comum continuam a ocorrer, tal como a luta contra a desposseção infligida por poderes municipais a populações imigrantes ou não. Falta, portanto, recuperar a memória histórica e retomar posições que permitam voltar a imaginar outros futuros, que consigam reinventar práticas e quotidianos.



Henri Lefebvre O direito à cidade

Henri Lefebvre (1901-1991) foi um filósofo e sociólogo marxista francês, que se interessou pela vida nas cidades. Em 1968 publicou um livro sobre “O Direito à Cidade”, que se tornou um texto clássico e que influenciou poderosamente o pensamento urbanístico da esquerda, e de que aqui recuperamos alguns extratos.

O campo perdeu as qualidades, propriedades e encanto da vida campestre. O urbano provoca a devastação do campo: este campo urbanizado opõe-se a uma ruralidade despojada, caso extremo da grande miséria dos seus habitantes, do seu habitat, do seu habitar. O direito à natureza e o direito ao campo não se destroem a eles próprios?

Perante este direito ou pseudo-direito, o direito à cidade surge como apelo, como exigência. Seguindo por atalhos surpreendentes – a nostalgia, o turismo, o regresso ao coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou reelaboradas – este direito avança lentamente. A reivindicação da natureza e o desejo de dela usufruir afastam-nos do direito à cidade. Esta última reivindicação manifesta-se indirectamente através da tendência para a fuga da cidade deteriorada e não renovada, da vida urbana alienada antes de existir “realmente”.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.

Pouco importa que o tecido urbano asfixie o campo e aquilo que sobrevive da vida campestre, desde que “o urbano”, local de encontro, prioridade como valor de utilização, inscrição no espaço de um tempo promovido a bem supremo, encontre a sua base morfológica, a sua realização prático-sensível. Isto pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana, utilizando os recursos da ciência e da arte. Apenas a classe trabalhadora pode tornar-se agente, portador ou suporte social deste processo. Mas como há um século, ela nega e contesta, exclusivamente através da sua existência, uma estratégia de classe organizada contra ela. Como há um século, ainda que noutras circunstâncias, ela reúne os interesses (ultrapassando o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e em primeiro lugar de todos os que habitam. Os poderosos e a nova aristocracia burguesa (quemdesconhece isso?) já não habitam. Vão de palácio em palácio e de castelo em castelo; comandam uma frota ou um país a partir de um iate, estão em todo o lado e em lado nenhum.

O direito à cidade manifesta-se como uma forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, direito à habitação. O direito à obra (à actividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implícitos no direito à cidade.

Extrato de Henri Lefebvre, *Le droit à la ville*; 1, *Société et Urbanisme*, Ed. Anthropos, Paris, 1968 (páginas 131-3, 154-5).

Cidades vivas (1)

Disputar o Sentido em Tempos de Emergência: Barcelona, València, Múrcia

Por Bruna Lee Azado

Barcelona foi atingida por uma catástrofe. O artigo que segue analisa o que se passou e o que a crise revelou.

12 de julho de 2025. Era um sábado quente de julho em Barcelona, daqueles em que os turistas perambulavam pelas *ramblas* em busca de uma *terrace* ou de um museu com ar-condicionado. Na primeira hora da tarde, os telemóveis começaram a emitir altos alarmes sonoros, com um alerta para toda a Catalunha de risco vermelho de tempestade e inundação por uma *DANA*¹. Tarde adentro, uma pancada de chuva desabou sobre o centro de Barcelona. Foi rápida, mas suficiente para deixar encharcados os que chegavam à bilheteira do Museu Picasso — confusos entre as roupas molhadas e o céu azul. Mesmo com o sol já de volta, o museu decidiu fechar as portas. Os visitantes não entendiam por que precisavam sair.

A uns tantos quilômetros do Museu Picasso, no município de Cubelles (Barcelona), a última *DANA* provocava o transbordamento do rio Foix, arrastando carros e cobrindo ruas inteiras de lama. No final da tarde, é noticiado o desaparecimento de duas pessoas. Na estação de BarcelonaSants, a suspensão total dos trens de Cercanias, Regionais, meia distância e alta velocidade — restabelecidos apenas após as 19h — gerava longas filas de pessoas à procura de informações.

Enquanto turistas discutiam reembolsos na bilheteira do Picasso, nas periferias de Barcelona trabalhadores informais arcavam com custos reais: enchentes, transportes interrompidos e para muitos um turno de trabalho — e de renda — perdido.

Este ensaio parte desse episódio para discutir as articulações entre emergência ambiental, tu-

¹ “Depresión Aislada en Niveles Altos”, também conhecida em português como “gota fria”.

rismo e imigração. A partir de eventos recentes em Barcelona, València e Múrcia, examinamos como as catástrofes ambientais afetam de maneira desigual diferentes grupos sociais; como o modelo econômico baseado no turismo de massas e na especulação imobiliária aprofunda a precarização das condições de trabalho e de moradia; e de que forma discursos reacionários se apropriam dessa precarização para promover agendas xenófobas e racistas.

Tragédias

A *DANA* em Barcelona reacendeu um trauma recente: a tragédia em València. Na manhã daquele outubro de 2024, enquanto a Agência Estatal de Meteorologia decretava zona vermelha em algumas comarcas do litoral valenciano, o presidente da Generalitat, Carlos Mazón, sorria para as câmeras ao receber um certificado de estratégia de sustentabilidade turística. Às 13h, antes de seguir para um almoço de três horas em um caro restaurante no centro histórico de València, afirmou em conferência de imprensa que o temporal deslocava-se para a Serranía de Cuenca e que, por volta das 18h, a situação perderia intensidade. Algumas empresas — entre elas centros comerciais, supermercados e plataformas de delivery — mantiveram os trabalhadores nos postos. À noite, chegou a conta: cerca de 222 mortos. Os alertas por SMS — como os que em Barcelona soaram às 14h30 — só chegaram aos telemóveis às 20h11, quando muitos trabalhadores já tentavam voltar para casa.

Pouco mais de um ano antes, Mazón — recém-eleito e em aliança com o Vox — desmantelava a recém-criada *Unidad Valenciana de Emergencias*, uma unidade de gestão e coordenação

de respostas a emergências, justificando a decisão com ironia: tratava-se, disse, de mais um “*chiringuito*” — aqueles bares de praia que, segundo a retórica da direita, simbolizam o desperdício dos gastos públicos.

Quando a *DANA* passou, parte do turismo — considerado uma das principais “indústrias” de València — também se foi: ainda em 2025, a cidade perdeu 10 pontos percentuais na ocupação hoteleira por conta de alterações climáticas².

Esse é o mesmo modelo econômico — baseado no turismo de massa e na especulação imobiliária — que alimenta os “*chiringuitos*” à beira-mar e os hotéis de luxo, ao mesmo tempo em que pressiona a alta dos preços das casas. Segundo estudo recente, os trabalhadores do setor turístico em Barcelona enfrentam maior precariedade laboral: 9,2% contra 7,2% em média. Salários baixos, contratos temporários e descontinuidade no emprego estão correlacionados com uma maior probabilidade de migração dos trabalhadores desse setor do centro para as periferias. E entre os trabalhadores imigrantes, sobretudo os mais jovens, a pressão habitacional é enfrentada com a aceitação de condições residenciais cada vez mais precárias, em troca da proximidade ao trabalho.³

No último 15 de junho, cerca de 600 pessoas protestavam em Barcelona contra o turismo de massas. Entre as vozes, destacava-se a de uma camareira ligada à Kellys Unión Cataluña, coletivo de mulheres do setor da limpeza e hotelaria: “O turismo de massas nos afeta todos os dias. Há ritmos de trabalho insuportáveis. Quanto mais turismo, mais trabalho pelo mesmo salário. Estamos cada vez mais exploradas”, afirmou Pérez.⁴

Cumplicidades

Se há uma conexão estrutural entre turismo, exploração laboral e condições habitacionais precárias, há também uma cumplicidade discursiva entre movimentos xenófobos e setores do mercado imobiliário que se beneficiam dessa precarização. Nos últimos meses, a noção de “imigração” tem sido mobilizada como um significante vazio — um termo flutuante, capaz de condensar sentidos diversos e até contraditórios: medo da insegurança, da escassez de moradias, da perda de empregos, do colapso dos serviços públicos, da “descaracterização cultural”.

² Disponível em: <https://elpais.com/espana/comunidad-valenciana/2025-03-18/el-turismo-de-valencia-se-resiente-de-los-efectos-del-cambio-climatico.html>

³ Disponível em: <https://smartdest.eu/>

⁴ Disponível em: <https://elpais.com/espana/catalunya/2025-06-15/cerca-de-600-personas-se-manifestan-por-barcelona-en-contra-del-turismo.html>

Disputar o Sentido em Tempos de Emergência: Barcelona, València, Múrcia (cont.)

A imigração torna-se o rótulo unificador de uma cadeia de frustrações sociais que, embora não tenham origem direta nela, encontram aí um inimigo visível, próximo, identificável.

O resultado é que os vizinhos são divididos desde baixo. Aqueles que deveriam formar alianças em torno de reivindicações comuns — melhores salários, moradias dignas, combate à precarização — acabam sendo capturados por um discurso hegemônico que desloca o antagonismo real (com o capital turístico e especulativo) para um antagonismo fabricado com os imigrantes.

Após a divulgação do objetivo do governo espanhol de expulsar 8 milhões de imigrantes, o *Deport Them Now EU* — um movimento recente que surgiu em março ao apoiar uma concentração “contra a islamização” convocada em Terrassa, Barcelona, pelo partido Vox e que, dias depois, participou de uma manifestação convocada em conjunto com o mesmo partido pelo encerramento do centro de acolhimento de imigrantes no bairro barcelonês de Sant Gervasi — organizava perseguições a magrebíes em Torre Pacheco (Múrcia). Enquanto, meses antes, neonazis espanhóis agrediam uma pessoa em situação de sem-abrigo em Almería, outros utilizavam imagens dessa agressão para forjar o caso do idoso agredido por um “grupo de cinco imigrantes” em Torre Pacheco — o que a própria vítima declarou ser falso —, divulgando imagens do idoso em situação de sem-abrigo nas plataformas digitais para convocar novos ataques a imigrantes no município murciano.

O vídeo, divulgado pelo responsável de marketing digital do Vox, foi depois partilhado pelo dono da empresa miliciana Desokupa — que anunciava no X (antigo Twitter) que viajaria a Torre Pacheco para “ajudar os vizinhos” a organizar patrulhas cidadãs e fornecer sprays de autodefesa e outros “acessórios legais”, no que chamava de uma “manifestação sem convocantes”.

Os vizinhos não precisavam de ajuda e não havia, de facto, uma manifestação.

Essa estratégia discursiva — que desloca o conflito estrutural para um inimigo fabricado — é a base de sua eficácia. O significante “imigração”, esvaziado de qualquer conteúdo específico, torna-se um repositório de medos difusos e frustrações reais. É por isso que funciona: porque permite, com força afetiva, transformar

precariedade em ressentimento, e deslocar a raiva do capital turístico/especulativo ou dos gestores públicos para os vizinhos com quem se compartilham os bairros, os empregos e os transportes.

Constituído como antagonismo, esse significativo produz identidades políticas frágeis, mas potentes — capazes de sustentar alianças reacionárias: há um “nós” e há um “eles”.

Mas, como toda formação discursiva, essa também pode ser disputada. Se o antagonismo hoje hegemônico transforma vizinhos em inimigos e precarizados em culpados, é possível — e necessário — que outra articulação seja feita. Uma que aponte os verdadeiros responsáveis pelas emergências que atravessam as nossas cidades: não os que trabalham sob alertas vermelhos, mas os que almoçam em paz enquanto isso acontece.

Quando canta “*El meu país és tan petit (...) Diuen que els poblets tenen por, tenen por de sentir-se sols, tenen por de ser massa grans. Tant se val!*”, Lluís Llach nos lembra que, mesmo diante do medo e da divisão, o tamanho do nosso espaço — físico ou simbólico — não impede que tentemos ser maiores, a partir da união.

Notas

1. O relato do Museu Picasso foi contado por um amigo que aí trabalha durante períodos de alta temporada, e a quem muito agradeço.

2. Tradução livre da canção País Petit — Lluís Llach (1979): “Meu país é tão pequeno (...) Dizem que as vilas têm medo, Têm medo de se sentirem sós, Têm medo de serem grandes demais, Não importa!”.

3. Referências: Laclau, E., & Mouffe, C. (1985/2015). *Hegemonia e estratégia socialista: Por uma política democrática radical* (J. A. Burity, J. de Paula Jr., & A. Amaral, Trads.). São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.

Durante oito anos, Cádiz foi governada pela esquerda anticapitalista andaluza. Um das vereadoras desses mandatos apresenta aqui levantamento do que foi feito.

Seria praticamente impossível assinalar num artigo tudo o que foi feito ao longo dos anos em que governamos a cidade de Cádiz, primeiro como *Por Cádiz Si Se Puede* (agrupamento de eleitores do *Podemos*, que era o partido do qual formamos parte) e que depois estabeleceu um pacto com Ganar Cádiz (um partido local de que a *Izquierda Unida* formava parte); e finalmente como *Adelante Cádiz* (aliança de partidos de esquerda).

Nesses oito anos pudemos confirmar em primeira mão como todas as engrenagens burocráticas das instituições, neste caso municipais, não foram concebidas para as políticas de esquerda. Evidentemente, enfrentamos limites institucionais e também cometemos erros na gestão devidos a inexperiência (sobretudo no primeiro mandato). Como resultado de 20 anos de governo do Partido Popular encontramos óbvios limites burocráticos, uma dívida de 275 milhões de euros e uma rede clientelar muito arraigada, fatores que, em conjunto com um contexto político desfavorável a partir do segundo mandato, nos impediram de aprofundar mais uma política rururista. Mas também pudemos demonstrar que com tenacidade e com valentia se poderia fazer com que essas estruturas fossem usadas a favor de quem mais precisava. E, nesse processo, conquistamos direitos e priorizamos uma mudança de caminho.

Este balanço servirá para sublinhar as escolhas feitas e o que haveria a fazer para continuar, sendo mencionados alguns dos principais resultados, em diversas áreas, e sabendo que ficaram muitas coisas esquecidas.

Direitos básicos

Cádiz é uma cidade especialmente vulnerável, com significativas taxas de desemprego e precariedade laboral, por isso a garantia dos direitos básicos era fundamental.

Neste âmbito, merece destaque o Apoio Social da Água. Cádiz foi uma das três cidades em todo o Estado que garantiu o Abastecimento Mínimo Vital de água, uma medida com a qual a cidade garante o direito humano à água desde 2017 e não corta o abastecimento a ninguém que não possa pagá-lo. Gerida pela empresa pública de água «Aguas de Cádiz» em coordenação com os Serviços Sociais da Câmara Municipal, esta ajuda é calculada com base nas re-

Cidades vivas (2)

Cádiz: balanço de oito anos de gestão municipal

Por Lorena Gárron
(concejala de Cádiz, 2014-2022)

comendações feitas pelas Nações Unidas, pela Organização Mundial da Saúde e pelo Provedor de Justiça da Andaluzia, que quantificam em 100 litros por pessoa e por dia a quantidade necessária para viver com dignidade.

Desde o momento em que é feito o pedido de ajuda para pagar a conta da água qualquer aviso de corte por falta de pagamento fica imediatamente suspenso. Uma vez aprovado o pedido pelos serviços sociais, o pagamento da conta é subsidiado durante um período inicial de doze meses, para que as famílias possam ter esta necessidade vital coberta sem terem de se dirigir periodicamente aos serviços sociais. As famílias recebem também um workshop informativo para aprenderem a usar a água de forma eficaz e compreenderem o valor deste recurso e a necessidade de poupar.

No mesmo sentido, procurando concretizar um direito básico à energia, foi lançada a Cobertura Energética Anual – uma medida para garantir um fornecimento suficiente de energia às famílias com menos recursos da cidade, no qual o beneficiário recebe uma quantidade de energia e potência suficientes para viver com dignidade. A quantidade de energia que é bonificada mensalmente tem um limite de acordo com o número de habitantes por habitação, pagando o beneficiário apenas o excedente face a este limite, caso se verifique. As famílias beneficiárias recebem ainda formação sobre o bom uso e a poupança de energia.

Com estas duas medidas (Abastecimento Mínimo Vital e Cobertura Energética Anual) a Câmara Municipal garantiu o acesso a direitos básicos, permitindo às famílias uma gestão ágil e digna e colocando em prática um modelo de atenção às famílias vulneráveis, afastado do modelo assistencialista promovido pelo PP.

Na área do direito à habitação, e tendo em conta que tomámos posse num ano (2014) em que houve 282 despejos na cidade, foi estabelecido um Protocolo anti-despejos, que levou à intervenção da Câmara Municipal em mais de 480 casos.

Finalmente, como forma de romper com o isolamento de quem tem dificuldades para se mover, foi criado o “*Bajemos a la calle*” – um programa para ajudar idosos e dependentes a passear, comprar e visitar a cidade.

Mudança climática e ecologia

A sustentabilidade e a luta contra a mudança climática foram igualmente outro dos desafios que entendemos ser necessário enfrentar a partir da municipalidade. Nesse âmbito, e apenas a título de exemplo, fomos um dos primeiros municípios a aprovar e a aplicar o PACES (Plano de Ação para o Clima e a Energia Sustentável), a partir de um modelo participativo; promovemos a instalação de painéis solares (especialmente em edifícios públicos) e do autoconsumo energético; e construímos uma ciclovia que percorre toda a cidade e que permitiu desenvolver um novo sistema de mobilidade sustentável.

Emprego

Uma das maiores preocupações da cidade durante décadas foi a falta de emprego e, mais recentemente, a monoeconomia do turismo como base de sustentação do sistema económico da cidade. Para tentar ajudar a reverter esta situação tomou-se um enorme conjunto de medidas em diversas áreas de competência da cidade como, por exemplo, o levantamento dos postos de trabalho parcial da municipalidade, a integração na municipalidade dos serviços de praia (limpeza e salvamento), a redução do desnível salarial dos empregados municipais da limpeza e a equiparação salarial na Fundação Municipal da Mulher e no Instituto de Fomento, Emprego e Formação. Para além disto, foram aplicadas cláusulas sociais em contratos públicos, iniciou-se um programa de apoio à criação de cooperativas e pequenos negócios e procurou-se posicionar a cidade como um local de referência para o cinema, com a consequente geração de emprego de qualidade.

Grandes obras públicas

Sobre este ponto os debates foram intensos, já que não queríamos uma cidade de cimento e ladrilho, não tínhamos um grande orçamento e a estrutura encarregada de fazer os projetos era mínima. Mesmo assim, foi necessário responder a muitas solicitações, algumas relacionadas precisamente com a defesa dos serviços públicos e com a grande procura destes, especialmente por parte da gente jovem. Neste âmbito,

reabilitaram-se os equipamentos desportivos, construímos equipamentos culturais como a Casa do Carnaval, o Teatro del Parque e o Skate Park de Santa Bárbara e fizemos obras em todas as escolas públicas, onde há décadas não se fazia nada.

Habitação (e turismo)

A área da habitação foi outra das nossas grandes preocupações, em primeiro lugar por Cádiz ser uma cidade que não tem terreno para se estender; em segundo lugar por existir muita habitação degradada e, em terceiro lugar, por a turistificação ter feito o preço do aluguer e da compra de habitação disparar. Assim, aplicamos um programa de rendas sociais, construímos habitação para a renda social, construímos habitações transitórias e instituímos um programa para rendas a 90% para mulheres vítimas de violência doméstica. Construímos igualmente um centro de dia municipal para pessoas sem-abrigo e criamos equipas de rua com intervenção real.

Por outro lado, aplicámos uma moratória nas licenças para habitações turísticas, que tinha o duplo objetivo de influenciar a oferta de habitação e de combater a monoeconomia do turismo. O turismo em Cádiz passa pelo aluguer de alojamentos turísticos e não tanto pelos hotéis, pelo que ao não conceder licenças para esses fins contribuiu-se para limitar o turismo. Como é sabido, o município de Cádiz tem uma área reduzida e está muito próximo de muitas localidades que não tomaram as mesmas medidas. Por outro lado, a chegada de navios turísticos não é controlada pela Câmara Municipal (o que acontece noutras cidades), mas sim pela Autoridade Portuária que controla o porto marítimo. Por isso, não foi possível regular de forma mais eficaz o fluxo de turistas.

Em grandes traços, estas foram algumas das realizações mais importantes durante os oito anos em que governámos a cidade. Muito ficou por fazer. Algumas dessas medidas estavam planeadas, com projetos concluídos, como a criação de uma rede de psicólogos municipais, a ampliação do espaço pedonal, a criação de um supermercado público e outras. Oxalá algum dia esses projetos possam ser concretizados e fazer de Cádiz uma cidade mais justa, equitativa e vivível.

Cidades vivas (3)

Morena e a cidade do México

Por Joana Teixeira

Os governos das capitais, pelo seu impacto mediático, têm sempre o potencial de servir como uma antecâmara/trampolim para o governo nacional, e a Cidade do México não é exceção. Este artigo resume o significado político da disputa na capital.

A Tenochtitlán do Império Azteca, que mais tarde recebe o nome de Distrito Federal e, finalmente, a designação de CDMX (resultado de um ‘place branding’ que mercantiliza as cidades como produtos) é o centro da ação política no México, não apenas por aí se encontrarem todas as instituições públicas, mas também porque tem sido palco de novas experiências políticas que abriram caminho à construção de maiorias sociais ativadas por um projeto de esquerda.

A cidade do México, a 2240 metros de altitude, tem uma população de mais de 9 milhões de pessoas e uma pirâmide demográfica bem diferente das nossas - as faixas etárias com maior predominância são as entre os 25 e os 39 anos de idade. Dividida em 16 freguesias (alcaldías), é uma cidade de fortes contrastes de classe, com cerca de um quinto da sua população em pobreza económica extrema, e 63% da população em pobreza multidimensional, ou seja, sem acesso adequado a rendimentos, habitação, o energia, água e saneamento básico, cuidados de saúde, educação, por exemplo.

A viragem

Em 2000, esta cidade, que tem a dimensão de um pequeno país, passou a ser governada por Andrés Manuel López Obrador, ou AMLO, como é conhecido localmente. O percurso político de AMLO representa e antecipa, de alguma maneira, a história recente do país. Começa por pertencer ao PRI - *Partido Revolu-*

cionário Institucional, o partido de poder desde 1946. Depois, numa cisão deste, ajuda a criar o PRD - *Partido de la Revolución Democrática*, e é como seu representante que é eleito chefe do governo do então distrito federal.

“*Por el bien de todos, primero los pobres*” é o mote que lhe dá a vitória eleitoral e que antecipa um mandato focado no investimento prioritário nas áreas sociais. Daqui surgem programas distributivos importantes, como o das pensões para pessoas com mais de 70 anos, apoio pecuniário mensal assim como alimentar, que chegou a cerca de 385 mil pessoas. Ou, na mesma linha, o programa de apoio financeiro e de saúde a pessoas com deficiência, ou as bolsas para crianças e jovens a cargo exclusivo das mães.

Convicto do papel fulcral da educação, AMLO começa também um programa de gratuitidade dos uniformes e material escolar na escola pública e cria uma rede de 16 escolas preparatórias assim como uma Universidade, com sede numa das zonas mais pobres da cidade. É também durante o seu mandato que se cria o programa de cantinas municipais - *comedores comunitários y sociales* - consagrando o direito à alimentação como uma responsabilidade do governo da cidade.

Em resumo, num contexto de acentuada pobreza e desigualdades estruturais, AMLO tenta criar as bases de uma política social universal, que garanta mínimos de bem estar a todos, “*desde la cuna hasta la tumba*” (*do berço ao túmulo*).

Na mobilidade, AMLO faz um percurso mais errático. Por um lado, cria a primeira linha do metrobús no centro da cidade - um transporte público coletivo com faixa exclusiva e paragens fixas - que vem substituir o caos dos *peseros*, autocarros informais. Por outro, inicia a construção de um segundo piso na estrada circular da cidade, o chamado Anillo Periférico, que distribui mas permite aumentar o tráfego de automóveis particulares. Por um lado, cria 75 km de ciclovias na cidade, e mantém o programa de exclusão de circulação de automóveis particulares em certos dias da semana conforme a matrícula do carro - “*Hoy no circula*”. Por outro, investe numa série de outros acessos rodoviários à cidade.

Disputas

No espaço público, há medidas mais simbólicas, como a utilização da principal praça da cidade, o Zócalo, como palco de atividades culturais abertas a toda a população, mas também mudanças efetivas, como a reabilitação de 37 quarteirões do centro histórico, anteriormente conotados como zonas de delinquência, onde se estabeleceram serviços do governo, ou como a recuperação e gestão partilhada com a sociedade civil do pulmão da cidade, o Bosque de Chapultepec.

AMLO responde às críticas sobre a inviabilidade económica e financeira deste programa com um conceito de “austeridade republicana”. Este princípio, traduzido na ideia que “não pode haver um governo rico com um povo pobre”, acompanha-lo-á ao longo do seu percurso até ser Presidente do México. Por enquanto, na CDMX a austeridade republicana impõe o corte de privilégios de altos quadros públicos, incluindo o salário, e integra uma série de outros cortes, que lhe permite arrecadar 11 mil milhões de pesos mexicanos. A dívida da cidade aumenta cerca de 3,3%, uma taxa muito inferior aos mandatos anteriores (54% ou 18%), apesar do aumento das medidas distributivas e programas sociais.

Na área da Habitação, são pouco claros os avanços. Oficialmente, são reportadas 126 mil ações nesta área ao longo do mandato, sem discriminar quantas destas ações são construção

de habitação pública nova e apoio à autoconstrução, ou quantas se esgotaram na reabilitação de edificado já existente.

Da mesma forma, na segurança, um tema central na política mexicana, as mudanças são pouco evidentes. A redução das taxas de criminalidade vinha de um período anterior, mas é aceite que possa ter beneficiado também da reabilitação de bairros no centro histórico e o aumento da fiscalização do que AMLO acreditava serem expressões de pequena delinquência, como é o caso dos graffitis. Numa nota curiosa, a segurança de López Obrador tornou-se um tema muito popular, ao abdicar dos meios oficiais de segurança e constituir uma escolta pessoal de 6 mulheres entre os 25 e os 35 anos, que não usavam uniforme apesar de serem profissionais treinadas, e que foram apelidadas de Gazelas.

Finalmente, é na Cidade do México que nascem as “mañaneras”, conferência de imprensa diárias, às 6h da manhã, que servem como instrumento de comunicação e propaganda, mas também como veículo para a oposição de Obrador à presidência de Vicente Fox, do partido de direita PAN - *Partido Acción Nacional*. Durante o mandato, AMLO também instituiu a prática dos plebiscitos, quer para legitimar a sua continuidade no cargo como para dirimir querelas com o governo federal.

Presidência

É com este capital que, em 2006, López Obrador concorre pela primeira vez à Presidência do México, e uma segunda vez em 2012. Em ambas eleições saiu derrotado, uma para Felipe Calderón do PAN, e outra para Enrique Peña Nieto do PRI, mas com processos eleitorais assombrados pelas denúncias de fraude eleitoral. Na segunda tentativa, em 2012, a candidatura de AMLO tinha já por base uma nova plataforma de apoio chamada *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena), maioritariamente constituída por jovens e pelas bases populares que conquistou nos anos em que governou a CDMX. No pós eleições, AMLO afasta-se mesmo do PRD e decide transformar o movimento Morena em novo partido político, o que acontece oficialmente em 2014. Nessa altura juntam-se-lhe vários membros do PRD, incluindo a atual Presidenta, Claudia Sheinbaum.

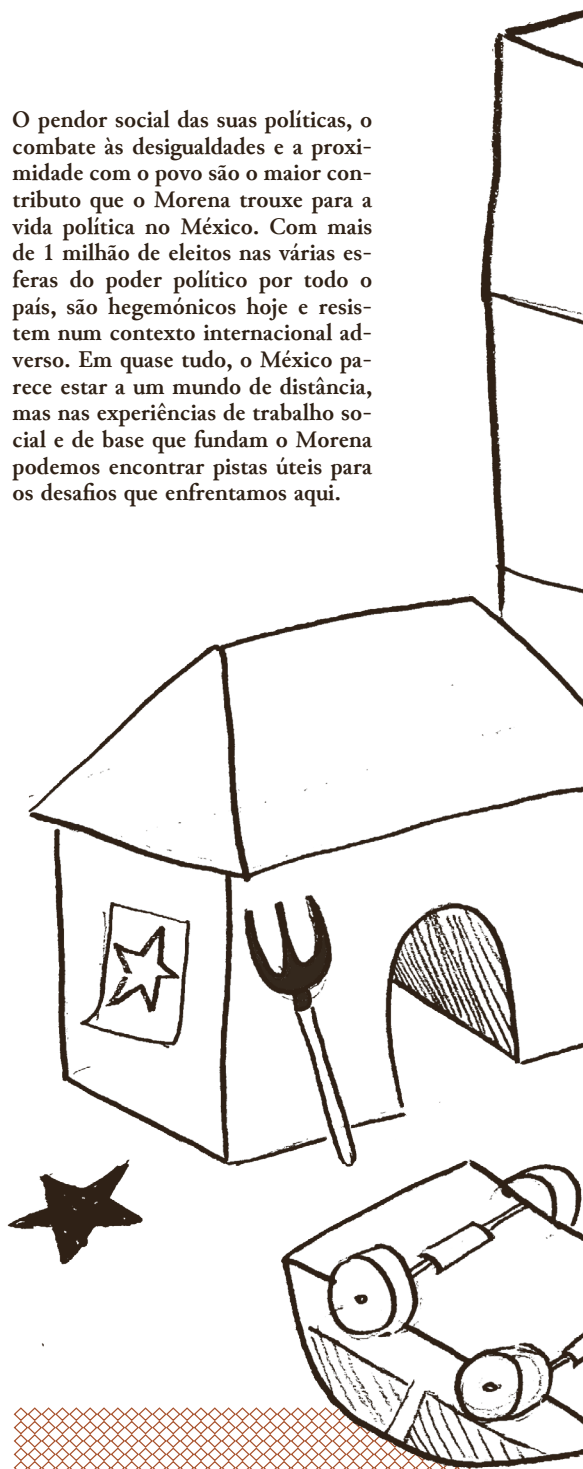
Começa então a criação de comités territoriais de base do Morena por todo o país, com a responsabilização dos quadros jovens como dirigentes intermédios, e com forte expressão na Cidade do México. É nesta estrutura que Claudia Sheinbaum, que já havia sido Vereadora do Meio Ambiente quando AMLO era Presidente da Câmara, se candidata à freguesia de Tlalpan, continuando o seu caminho como autarca. Em 2018, Claudia é eleita presidenta da, ao mesmo tempo que López Obrador é eleito Presidente da República, sendo a sua vitória particularmente expressiva na cidade que tinha governado.

Sheinbaum dá continuidade aos programas já existentes e cria novas políticas públicas, como “*Mi beca para empezar*” - bolsas para menores de idade na escola pública, e o programa *PI-LARES - Puntos de Innovación, Libertad, Arte, Educación y Saberes*, que cria espaços comunitários dedicados à educação cultural e desportiva, bem como aulas de culinária, artesanato e comércio, direcionados especialmente para áreas marginalizadas da capital.

Na mobilidade, desta vez, os avanços são bem visíveis. duas linhas de *Cablebús*, um teleférico público coletivo em que permite ligar os morros periféricos à rede de transportes públicos da cidade, alarga a rede de Metro e Metrobús e reforça a frota de autocarros elétricos. Aumenta a rede de ciclovias em 200 kms e integra as EcoBicis e todos os demais transportes públicos num passe único de transporte.

Como antes acontecera com AMLO, em julho de 2024 Claudia é eleita a primeira Presidenta do México. No país, programas sociais expandiram-se e ganharam um enfoque de género como é o caso da atribuição de uma pensão às mulheres entre os 60 e os 64 anos, como reconhecimento e do trabalho seu invisibilizado. Naidade do México, Clara Brugada, também do Morena, lança um sistema público de cuidados da cidade, integrando respostas para a infância dos 6 meses até os 6 anos, centro de dia para adultos, lavandaria e cantina comunitária, entre outras.

O pendor social das suas políticas, o combate às desigualdades e a proximidade com o povo são o maior contributo que o Morena trouxe para a vida política no México. Com mais de 1 milhão de eleitos nas várias esferas do poder político por todo o país, são hegemónicos hoje e resistem num contexto internacional adverso. Em quase tudo, o México parece estar a um mundo de distância, mas nas experiências de trabalho social e de base que fundam o Morena podemos encontrar pistas úteis para os desafios que enfrentamos aqui.



Políticas alternativas na cidade (1)

Cidades solidárias contra o ódio: a propósito das “cidades-refúgio”

Por Hugo Monteiro

Podem as cidades contrariar o poder central e constituir um refúgio contra a perseguição? Este artigo demonstra que sim e apresenta algumas dessas lutas.

Caminhava-se para o final do século XX, na cidade de Estrasburgo. Salman Rushdie chegava à cidade francesa com um alvo invisível sobre si: a *fatwa*, decretada por Ayatollah Khomeiny, limitava-lhe a cidadania, numa condenação global à morte. A questão era séria e constituía um problema real para as cidades por onde Rushdie viajasse. É que, ao contrário de tantos outros milhares de degradados, provenientes de tantos sítios do mundo, a vida do escritor era considerada valiosa o suficiente para mobilizar recursos e interpelar a responsabilidade dos poderes locais.

Além das habituais precauções de segurança, a cidade de Estrasburgo adotou uma medida simbólica adicional: pelas zonas onde se previa a passagem de Rushdie e artérias adjacentes, trocaram-se as placas com os nomes das ruas, inverteu-se a toponímia e colocou-se o mapa ao contrário – para dificultar qualquer maquiagem, o burgo abdicou da sua normal cartografia, suspendendo as suas próprias regras. A cidade redefiniu-se a partir de um critério expressivo: em vez de exigir a adaptação de quem chega, em vez de enjeitar responsabilidades ou, em última análise, mandar o viajante para o seu local de origem, reengendraram-se as regras

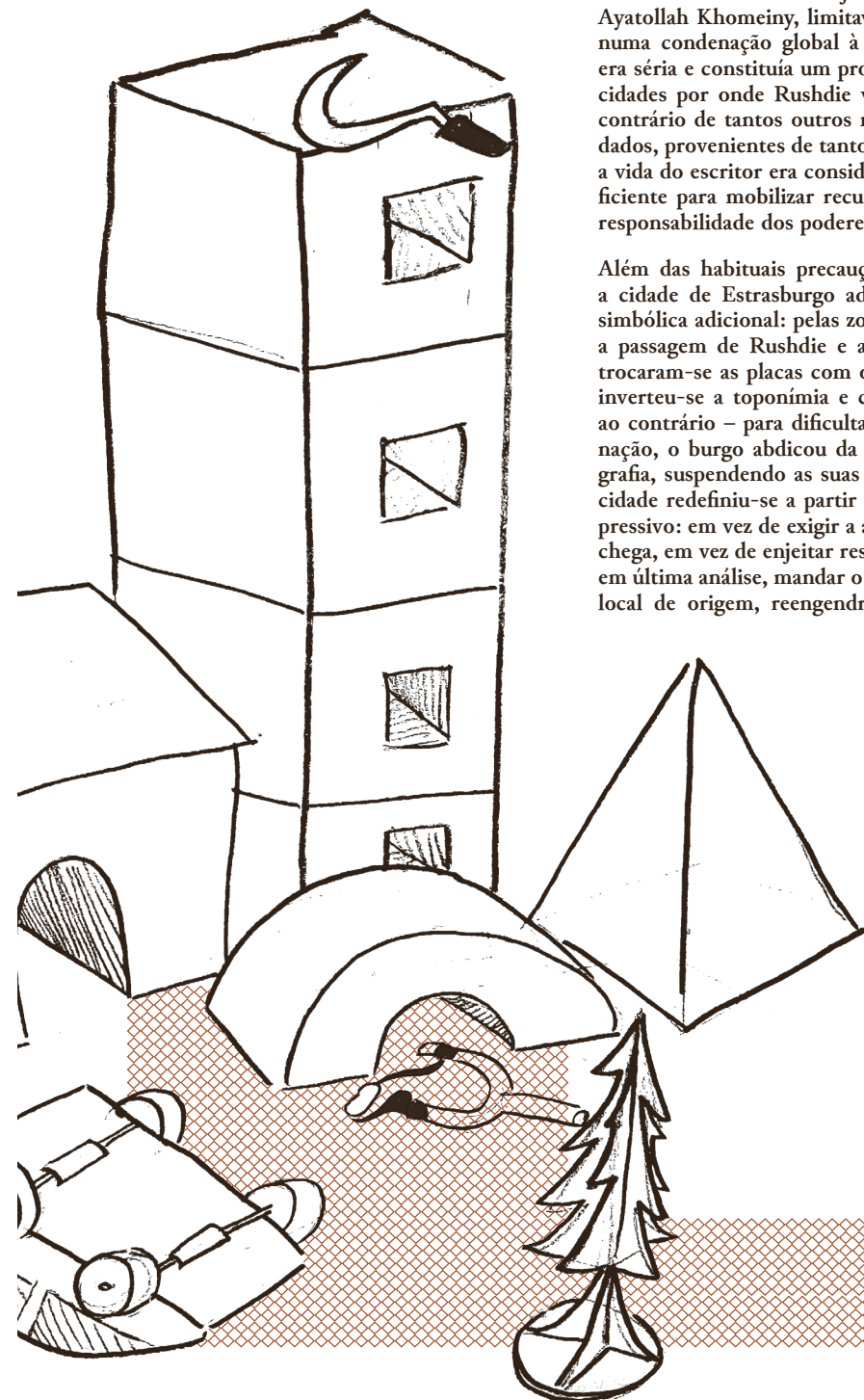
supostamente mais imutáveis do edificado urbano. A cidade virou-se do avesso para se fazer porto seguro, salvaguarda da vida humana – de uma, pelo menos, para quem foi “santuário”.

A lógica das “cidades-santuário”, de certa forma, coletiviza esta receção de privilégio, afirmando um princípio de proteção justa a tantos outros, a tantas outras “Rushdies”: imigrantes, com ou sem documentos, com ou sem estatuto específico mediante a causa da sua deslocação. Além de retomarem uma tradição de acolhimento exercida, muitas vezes no limiar da desobediência civil, estas “cidades-santuário” colocam o princípio ético-político da solidariedade para com as pessoas migrantes como identidade e como cartão de visita.

Conceito

Trata-se de um conceito antigo, reapropriado à medida dos desafios do tempo. Vingou especialmente nos Estados Unidos e teve consequências e alcances políticos diferentes ao longo da sua vigência. As “cidades-santuário” produzem leis e proporcionam recursos, de base local, que permitam uma proteção mínima a populações em trânsito, com ou sem papéis e independentemente da concessão formal da sua cidadania. Trata-se de um movimento urbano que, para lá da mera proclamação formal, tenta organizar redes de suporte entre cidades cujo desígnio prioritário é o de se definirem a partir de uma condição de solidariedade face a comunidades migrantes, legalizados/as ou não.

Nos EUA, cidades como Chicago, Los Angeles, Seattle ou San Francisco estabelecem, a partir deste estatuto, formas de oposição e de resistência às leis centrais de perseguição de migrantes, que se constituíram como muralha, por exemplo, às políticas de Trump, desde o seu primeiro mandato. Mesmo que a sua ação se limite, por vezes, a priorizar as leis locais face a imposições centrais, as “cidades-santuário” têm sido um dos recursos – simbólicos, quando menos – de resistência urbana às po-



líticas segregadoras MAGA. Ainda antes de Trump, permitiu impedir funcionários/as municipais e forças de segurança locais, na “cidade-santuário” de Nova Iorque, de fornecer dados de pessoas indocumentadas às autoridades federais, caso não estivesse em causa o reporte de atividade criminal. A medida durou, com maior ou menor aplicação, até que o paradigma securitário decorrente do 11 de setembro revogasse o que dela restava. Refira-se, porém, que ainda hoje algumas “cidades-santuário” têm justamente nas limitações à partilha de dados um foco importante da sua ação de proteção e resguardo. Seja como for, é na história dos movimentos sociais norte-americanos que se evidencia a dimensão mais vastamente política do conceito.

Movimento

No princípio dos anos 1980 e ao longo de toda a década, o chamado “sanctuary movement” tentou levar a cabo, a partir de algumas cidades dos Estados Unidos, ações solidárias de base local, de forma a proteger e a apoiar pessoas deslocadas provenientes, essencialmente, da América Central. Impulsionados pela necessidade de responder à ingerência opressora de sucessivos governos norte-americanos face às restantes américas, movimentos sociais herdeiros da luta pelos direitos civis e contra a guerra no Vietnam organizaram processos de acolhimento e de proteção de pessoas deslocadas face a leis centrais injustas, em lógicas muitas vezes no limiar da desobediência civil. A palavra “sanctuary”, retomada pela esquerda anticapitalista e movimentos indígenas, alguns fortemente marcados pela Teologia da Libertação ou outras espiritualidades que, no contexto da América Latina, se associaram à esquerda marxista na ação comunitária junto das populações mais pobres, tinha um impacto simbólico, mas apontava também para uma herança cultural.

O princípio é antigo. Tem raízes na ancestral tradição da hospitalidade “para além da lei”, presente nas grandes religiões monoteístas ou na grande literatura. Permanece, nalguns povos, como uma espécie de resto identitá-

rio, fortalecido pela sucessão do tempo e das circunstâncias. Em *Gaza está em toda a parte* (2025), Alexandra Lucas Coelho nota, mais do que uma vez, o modo como este reduto de hospitalidade permanece no povo palestino, como exemplo de um traço cultural comum a grande parte do Islão. Está também em Homero, na verdade, como está na Bíblia e contextualiza, até hoje, por exemplo, um certo pudor na intrusão repressiva das forças da ordem nos *campi* universitários ou nas grandes instituições dos saberes. Um “santuário” resguarda, desopprime, instiga uma justiça nem sempre compaginada com a imposição repressiva da lei vigente.

Simbolismo

“Refúgio” e “Santuário” são palavras simbolicamente carregadas. Essa carga simbólica permite mobilizar a força da tradição numa bem presente exigência de justiça perante passantes, visitantes, peregrinos, caminheiras... “Cidades-refúgio”, como “cidades-santuário”, realçam a importância dos recursos e das comunidades locais como fontes de um acolhimento justo e integrado, que precedem e excedem o Estado enquanto instâncias de receção e de cuidado. Talvez seja essa a sua virtualidade política principal, ao convocar a missão do acolhimento de quem chega ao nível da “rua”, das organizações de base e da cidade vivida, colocando um desafio específico à democracia local, para além do formalismo e da burocracia. Permite, desde que com enquadramento e projeto, identificar, com mais evidência e enraizamento, uma agenda ética e política de base local, que possa corresponder aos desafios específicos de integração de uma determinada comunidade numa determinada cidade.

As experiências concretas de bairro, de rua, na coletividade e no café, constituem muitas vezes exemplos espontâneos de cidadania partilhada. Estes exemplos são, hoje, relativamente abafados pela onda mediática de xenofobia e pela agenda da extrema-direita, mas dizem respeito à interculturalidade real, de base popular e de inscrição local.

Acolhimento

As condições concretas e simbólicas de acolhimento do/a Outro/a definem as cidades e definem-nos na cidade: na que temos e na que gostaríamos de ter, ponderando-se a distância entre uma e outra, mas também as lutas a fazer para diminuir essa distância, atenuar a injustiça, viver urbanamente na cidade de todos e todas. Qualquer cidade é, potencialmente, um viveiro democrático, um centro onde se disputa e concretiza a vontade geral, que ali é traída, ou cumprida, ou formulada, ou até multiplicada. Por ser materialização de pluralidades, de cruzamento de diferenças, uma cidade é maior do que a soma das suas instituições.

Perante quem chega, a cidade pode ser uma muralha agressiva, como uma ponte agregadora ou um repositório de solidariedade e entreajuda. No quotidiano das nossas cidades, nas “ruas do benfornoso” ou nas “avenidas Fernão Magalhães”, cuja designação permanece indiferente a quem por elas caminha, a quem nelas trabalha, a quem nelas tão frequentemente está em perigo, há uma Europa em plena escalada xenófoba. É nas ruas dessa Europa que, de forma mais do que simbólica, são evidentes os efeitos de uma divisão suicidária e autofágica da classe trabalhadora. Expressa-se nos resultados eleitorais, nas paragens de autocarro, nos cafés, nas parangonas da imprensa tabloide... Como contrariá-lo?

Fim da imaginação?

O capitalismo foi especialmente eficaz no esgotamento e anulação da sua crítica, ao ponto de, como bem apontou Marc Fisher, invalidar sequer imaginar, hoje em dia, uma alternativa exequível. Torna-se imperativo, por isso mesmo, demonstrar a insustentabilidade de um sistema alimentado pelo isolamento individualista, onde uma rivalidade divisiva parece ser o motor de perpetuação de cidades desumanizadas e exclusivas. Ao definirem-se como realidades solidárias, “santuários” de preservação da dignidade de todos e todas, as cidades são o centro da luta anticapitalista na disputa de uma hegemonia social, potenciada como socialização de alternativas e como laboratório de soluções outras: apontam para espaços-outras; abrem os possíveis e a imaginação política.

A cidade, espaço privilegiado de educação democrática e de disputa política, é púlpito e laboratório de ensaio para alternativas: feixe de solidariedade organizada; santuário de diferenças.

Políticas alternativas na cidade (2)

Que cidade serve o medo?

Por M. Leonor Figueiredo

1

Ultimamente, a direita tem conseguido uma coisa notável: combinar o discurso da cidade perfeita com o discurso da cidade à beira do colapso. Moreira e Moedas, que fizeram carreira na promoção da “cidade europeia segura e atrativa”, foram os primeiros a alimentar esse desvio. Parece contraditório, mas é engenhoso. Primeiro, apresenta-se uma cidade segura, remodelada, sem pobreza visível: o postal turístico para inglês ver. Depois, espalha-se a sombra do perigo em cima desse postal, para justificar internamente o estado de exceção: “atenção, a cidade não está assim tão segura”. Uma cidade-montra para os investidores externos, uma cidade-ameaça para quem cá vive.

2

No debate securitário, temos, enquanto esquerda, ficado um pouco bloqueados entre o negacionismo e a fuga. Para o que diz respeito a este debate, é insuficiente afirmar que a verdadeira insegurança está na precariedade laboral ou na ameaça de despejo (por muito que também esteja). Desconversar não resolve nenhuma conversa. Também é insuficiente combater percepções apenas com dados estatísticos, porque as percepções importam e é muito sobre elas que a política tem assentado. Se pretendemos ultrapassar este debate, temos de o encarar de frente, e disputar o conceito de segurança. Recusar que segurança tenha de ser sinónimo de vigilância, e abrir espaço a novas hipóteses: e se os processos de gentrificação forem os responsáveis pela percepção de insegurança nas cidades, precisamente porque destroem laços, proximidade, pertença e vida coletiva?

3

A luta contra estes processos de destruição não passa apenas pelo direito à habitação, mas também pelo direito à cidade. Lefebvre lembrava que o direito à cidade não é apenas o direito de aceder ao espaço público, mas o direito de participar na construção desse mesmo espaço. Esse direito, que nunca esteve assegurado, foi definitivamente arrasado na última década quando tudo — incluindo a vida social — passou a ser definido em função dos investidores. A gentrificação é um processo político completo que passa por retirar todo um território às

comunidades para o transformar em ativo financeiro. E depois fazer com que essas mesmas comunidades acreditem que lhes foi feito um favor.

Os adeptos da gentrificação no Porto, por exemplo, usam frequentemente o argumento de que, há vinte anos, a cidade era perigosa, suja, quase infrequentável. É verdade que houve várias melhorias no espaço público desde essa altura, mas não tinham de ocorrer a custo da vida das pessoas e da vida da própria cidade. O resultado da cidade-marca para consumo desenfreado é o que se sabe: zonas inteiras esvaziadas para airbnb, feitas praças da alimentação a céu aberto, comércio tradicional substituído por cafés gourmet e “concept stores”.

(O que incomoda Rui Moreira não são as *concept stores*, são as lojas de *souvenirs* e os negócios de quem menos tem. O autarca, que sempre recusou qualquer competência para regular alojamento local e que nunca teve nada contra *vistos gold*, pede agora mais poderes ao Governo para regular as lojas de souvenirs que, não tem a “mínima dúvida”, servem para “negócios paralelos”. Moreira e Moedas não detestam imigrantes, detestam pobres.)

4

Parece um paradoxo mas não é: quanto mais se higienizou certas zonas para o turismo, mais se transformaram em espaços sem vida local e, por isso, mais vulneráveis. A chamada “revitalização” deu azo a lugares monoculturais — não há espaço para a diversidade e a partilha, só para o consumo individualista. A segurança deixou de ser uma construção quotidiana, orgânica, para passar a depender de uma vigilância autoritária e abstrata, sempre à espera de intervir. A ausência de vida real transforma as ruas num não-lugar: ninguém sente responsabilidade sobre o que ali acontece, e qualquer imprevisto parece mais ameaçador por não haver redes de apoio e solidariedade. Câmaras de vigilância não podem substituir uma rua habitada onde circula cuidado, apoio mútuo, vizinhos, idosos que espreitam das janelas. Uma cidade sem vizinhança é uma cidade desprotegida.

5

O debate sobre segurança nas cidades costuma estar ainda refém de um falso dilema: ou há mais polícia, ou deixamos o espaço público a degradar-se. Mas a resposta da esquerda

não pode passar por posições ingénuas contra a presença da polícia. São úteis modelos de polícia comunitária e de proximidade, integradas numa rede mais ampla de serviços sociais, mediadores culturais, centros de juventude e associações. A verdadeira questão não é a quantidade de polícias nas ruas — é a forma como se constrói essas relações: se é feita com as pessoas ou contra elas.

6

Com cidades cada vez mais descaracterizadas, irreconhecíveis e parecidas com qualquer capital europeia, existe o sentimento de invasão. A conclusão mais fácil parece ser a de que a culpa é da imigração, do *outro* que me rouba a casa e o trabalho, que me despe dos meus hábitos e forma de vida, que se dedica à criminalidade. Não é relevante se isso tem alguma correspondência com a realidade. Em vez de promover a integração de quem para cá vem viver e trabalhar, interessa ao poder alimentar a desconfiança sobre essas pessoas para que a sua própria responsabilidade seja transferida. E com isso se gera mais insegurança porque mais ódio, perseguição, conflito.

Responder a isto exige mais do que indignação. É preciso estarmos disponíveis para este debate sem fazer cedências à direita. A segurança que interessa à esquerda é a que nasce do enraizamento, da estabilidade, do reconhecimento. É urgente travar a especulação imobiliária com limites às rendas e proibição dos despejos, proteger o comércio local, integrar imigrantes com dignidade (tragam ou não investimentos milionários), mas também investir no espaço público como lugar de vivência social além do consumo, criar cidades onde o ódio não impeça, onde não haja espaço a linchamentos, onde as mulheres possam caminhar sem assédio, onde as crianças tenham liberdade para brincar na rua, onde pessoas em situação de vulnerabilidade sejam protegidas, onde não se imponha barreiras invisíveis. Tudo isto é possível. Contra o populismo odioso que coloca alvos nos mais frágeis, é possível procurar uma ideia de segurança que combata a suspeição com comunidade.

Políticas alternativas na cidade (3)

Bibliotecas para a democracia

Por Paula Sequeiros

As bibliotecas são centros de criação e de comunidade. Este artigo lembra como têm crescido.

Alinho momentos e dados marcantes, com valores aproximados, para um breve resumo da infraestruturização das bibliotecas em Portugal. Nos anos 1980 iniciam-se trabalhos para uma leitura pública, a par de orientações internacionais e do estudo de casos europeus.

1986 – propostas de coordenação da intervenção do Estado (governo e autarquias); intervêm profissionais, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura. A Base Bibliográfica nacional concretiza-se. A PORBASE tem hoje 2 milhões de registos.

1987 – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)¹. Hoje com 481 bibliotecas.

2017 – redes intermunicipais ligam parte das BP².

2024 – RNBP na quase totalidade dos municípios.

Investimento (municípios, governo e fundos comunitários): €1 milhão (documentação), €700 (meios informáticos), €1,3 milhões (mobiliário/equipamentos). Emprego: 2941, do qual 571 bibliotecárias e 876 técnicas de biblioteca. Leitores inscritos: 2,1 milhões (69% adultos). Empréstimos: 2,1 milhões de livros, 33,4 mil jornais e revistas, 60,5 mil DVD e 15,3 CD³.

Da biblioteca vislumbra-se a cidade

A infraestruturização das atuais BP, as práticas de trabalho partilhado construíram-se ao longo de anos. Diversas BP propiciam hoje recreação, informação, conhecimento, convivialidade, educação, por vezes o único acesso local à cultura. As e os utentes contam com gratuidade, locais com conforto e privacidade, diferentes meios – impressos, audiovisuais, digitais. Boa parte das BP promove a leitura – apresentação de livros e autores, por exemplo – e a extensão cultural – criação literária e artística para crianças e adultos.

1 <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/Paginas/default.aspx>

2 <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/Bibliotecas/Bibliotecas-naWeb/Paginas/default.aspx>

3 http://bibliotecas.dglab.gov.pt/ServProf/Documentacao/Paginas/infografico_stat_rnbp_2023_v2.jpg

A dimensão da RNBP e das redes territoriais só ganham corpo com políticas de sustentação dos serviços de leitura públicos. Requerem-se agora políticas que garantam a qualificação profissional do trabalho, que financiem o desenvolvimento tecnológico e a inclusão social na leitura pública. Uma biblioteca enraizada localmente, que trabalhe com associações e agentes culturais, atenderá a objetivos por concretizar. Ao ler requer-se tranquilidade para a leitura individual, mas não se dispensam a descoberta intelectual, as leituras desafiantes. Requer-se a serenidade na ligação social ao que é vizinho, e para além dos círculos do trabalho, da escola, do local. Criar lugar, para quem não o teve antes, é central: a pobreza cunha uma dupla desafeição, pela iliteracia, pela não familiaridade com os espaços. Em *bibliodiversidade* acolhe-se a diversidade social e oferece-se leitura em meios variados e apelativos a vários perfis. Cidades para viver bem enlaçam-se, na dimensão política, com uma vivência democrática.

Relato um caso de aposta social e política. Usar uma cozinha na BP de Santa Coloma de Gramenet, pequena cidade catalã com muitos imigrantes e muito alta densidade populacional, encontrou grande popularidade em 2017. À volta dum prato tradicional de diferentes comunidades de origem, com diversas línguas e nacionalidades, na demonstração culinária não verbal, cozinhar e comer junto fazia-se na troca de aprendizagens.

Recriando experiências análogas, a biblioteca, em articulação com associações locais e a universidade, conseguiu momentos de quebra da desconfiança e estranheza entre desconhecidos na cidade que se confrontara-se, pouco antes, com atos racistas. Sem ilusões – a ação da biblioteca não poria fim ao racismo –, o acompanhamento do projeto relatou ganhos numa copresença respeitosa e mais frequência de filhos de imigrantes. E estas crianças ao entrarem acompanhadas por familiar, ao conhecerem o estudo acompanhado nas línguas mais frequentes, levaram as famílias a disseminar a notícia de um espaço acolhedor. A anterior barulho contra o aumento das entradas na mesquita, seguiu-se manifestação pela liberdade religiosa com eco num jornal local. Os despejos de emigrantes vinham sendo impedidos por outros, anteriores residentes na cidade e organizados na Plataforma Antidespejos. Pela biblioteca passavam notícias, criavam-se laços na urbe. A coleção desenvolvia-se para estas novas leituras, a declaração era de receber além das pessoas “habituais”.

Ligação internacional em dinâmica histórica

A partir do registo histórico, desde o século 19, é conhecida a troca de visões sobre o que é uma biblioteca eficiente, popular, entre a Europa e o norte do continente Americano, a qual se estendeu a profissionais em Portugal.

A UNESCO e a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), referência na área, vêm publicando linhas de orientação para agentes políticos e profissionais, para o acesso à cultura e à informação. As suas *Guidelines* informaram a ideação da RNBP. O recente Manifesto IFLA/UNESCO, de 1994, enfoca as demandas por «igualdade de acesso para todos, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, idioma ou estatuto social».

De uma lógica argumentativa sobre acesso a direitos culturais e igualdade é necessário avançar para uma política que transforme a realidade na leitura pública. Não são benévolos, em si, as bibliotecas. Ligam-se aos sistemas de informação, da educação, da economia do livro e do digital, a outros setores da cultura. Relevando o realizado, atendendo ao “por fazer”, num panorama político regressivo, o momento atual requer ação política por medidas que efetivem esses direitos. Requer-se movimentação cidadã que alerte, defenda e propulsione.

Liberdade de expressão e de acesso à expressão em tempos de crise

Bandos de extrema-direita, em anos recentes, fizeram investidas contra exposições, feiras do livro, bibliotecas, apresentações de livros em livrarias, contação de histórias, atacando autoras de livros para a infância no nosso país. Pretextavam a defesa de crianças e jovens contra a corrupção moral pela “ideologia igualitária”. Gritavam em defesa da “família tradicional”, da ordem social, contra o “estrangeirismo” de livros e ideias na cultura. Atacaram e perseguiram ciganos, islamitas e imigrantes, nas redes sociais exponenciaram as suas narrativas populistas de ódio. Extremismo que ascendeu na esteira do banimento de livros e da usurpação de órgãos de escolas e bibliotecas escolares nos EUA, financiado por bilionários digitais apoiantes de Trump e outros cultores do pantano ultraconservador.

Teme-se que a vaga persecutória da década corrente nos EUA, de banimento de livros na Europa há alguns anos apenas, atemorize e constanja o trabalho e o uso das bibliotecas. Na viragem para o século 21, a crise do capitalismo tardio anseia que os avanços da guerra cultural lançada contra a esquerda, as ideias progressistas, e instituições internacionais como a UNESCO, lhe deem razão de combater e caminho batido. As bibliotecas não nos salvam da desdemocratização. Com serviços e edifícios públicos, de amplo uso, propiciam oportunidades de pensar e concretizar uma vivência democrática de que não podemos abdicar.

Políticas alternativas na cidade (4)

A cidade será mesmo de toda a gente?

Por Teresa Alves Martins

Podem as cidades servir para gente de todas as idades? Este artigo demonstra como essa escolha é importante para a nossa vida.

Quero fazer uma nota prévia a este texto: contém sugestões musicais e alguma ironia: para quem não gostar das sugestões musicais, é só não as ir ouvir. Para quem não gostar das notas irónicas, convindo a que reflitam porque será.

O título deste texto fui buscá-lo à música apresentada pela Anabela no festival da canção em 2003 – “A cidade até ser dia”. Supostamente, a cidade é de toda a gente! Isso é reforçado nesta música e será em todos os documentos sociais e políticos, desde a Constituição da República Portuguesa ao Regulamento Interno do mais pequeno espaço social do país, em todas as campanhas eleitorais e em slogans de todo o tipo. A cidade é de toda a gente, porém, é sempre com algum espanto e surpresa que aqui e ali vou ouvindo por parte de pessoas de todas as idades, que são cada vez mais as pessoas mais velhas com que nos vamos cruzando nas cidades portuguesas, nos autocarros, nos ginásios, nos cafés, nos restaurantes, nas bibliotecas, nos eventos culturais, nas missas, e por aí fora. Não raras vezes as pessoas estão a falar de si mesmas e nem se dão bem conta disso. Só há relativamente pouco tempo percebi que esse comentário nem sempre era ‘neutro’ e que contém muitas vezes, de forma mais ou menos disfarçada, algum lamento, algum desconforto em relação a algo que é simplesmente uma constatação dos dados demográficos no nosso dia-a-dia.

A mim, que talvez tenha um otimismo exagerado em relação ao envelhecimento - que aceito que me possa passar com a idade, como já me disseram -, não me espanta nada que as pessoas andem na rua e que usufruam da cidade. Espanta-me e choca-me que muito mais pessoas - mais velhas e mais novas - não o possam fazer, não por não quererem, mas porque não podem ou não conseguem ou, mais grave ainda, porque as suas cidades não lhes garantem condições para usufruir da cidade com conforto e segurança ou porque as pessoas que lhes estão mais próximas - sejam familiares, amigos ou mesmo profissionais com as quais interagem - lhes vão limitando as possibilidades de participação e de tomada de decisões em relação às mais variadas dimensões da sua vida. Exemplos de situações destas com mais ou menos gravidade, mas que são expressão senão de idadismo, pelo menos de uma grande tolerância em relação ao não respeito dos direitos dos mais velhos, tenho-os já infindáveis:

- filhos/as que não saem com pais ou mães já muito idosos de casa ou não permitem que ninguém os leve a passear, porque têm receio que se magoem, por mais que a pessoa viva a 200 metros do mar e diga todos os dias que o que mais gostava era de ver o mar... mas enfim, para que importa o que a pessoa quer e o impacto que isso possa ter na sua saúde mental? O que é isso comparado com o risco - que existe, claro, não estou a ignorar - de a pessoa partir uma perna porque já tem alguma dificuldade de mobilidade?

- a falta de respostas de apoio noturno para pessoas que até poderiam continuar a viver nas suas casas, mas que têm receio em passar a noite sozinhas são outro exemplo paradigmático. A tal música da Anabela dizia que “as cores da noite dão um brilho à cidade...”; de facto é verdade... mas para muitas pessoas as cores da noite são assustadoras, são as mais difíceis dos dias, tanto para quem vive sozinho/a como para quem é cuidador/a informal e sabe que à noite será ainda mais difícil ter algum apoio se alguma coisa acontecer... é por isso que é com algum alento que as pessoas pensam que “amanhã de manhã, já será outro dia”, porque de facto lá poderá passar uma vizinha que diz bom dia, lá poderão vir as senhoras do apoio domiciliário para dar alimentação e mudar as fraldas que estão por mudar desde o fim de tarde do dia anterior.

- e o que dizer das casas sem elevador, onde vivem idosos nos 3º andares - até pode ser um 1º para haver uma barreira arquitetónica - e que, apesar de caminharem e de poderem sair não o fazem porque lhes custa e têm algum receio - absolutamente legítimo, claro - de não conseguirem subir e descer tantas escadas? Arriscaria a dizer que existem milhares de pessoas nestas situações nas mais variadas cidades deste país. Conheço várias pessoas nesta situação, sobretudo na cidade do Porto. E como se contorna esta situação? Estamos genericamente a falar de pessoas que ou são arrendatárias e que por isso não conseguem competir no dramático mercado do arrendamento da cidade para procurarem uma casa que pudesse permitir-lhes ter uma vida mais autónoma e com liberdade para sair de casa, ou então de pessoas que compraram o seu apartamento, que foram conservando como puderam e que também não têm forma de mudar para outra casa e que, na

maioria dos casos que conheço, pelo menos, nem o queriam fazer, porque é a sua casa, onde têm as suas coisas, que construíram com muito esforço e às quais, diria eu, têm direito. Dito isto: há um problema aqui? Sim! É fácil de resolver? Não! Valeria a pena acompanhar as pessoas com reais políticas de proximidade e perceber com elas e com os seus familiares ou pessoas próximas, caso se justifique, que possibilidades se poderiam explorar para que pudessem ter uma vida melhor e que as fizesse mais felizes? Sim!

Começo a achar que as cidades têm vindo a ser desenhadas e requalificadas em Portugal para pessoas que não existem. Para uma espécie de super-homem que é forte, jovem, saudável, resistente, e com poder económico, que pode descer toda a rua da Constituição, no Porto, sem a sombra de uma árvore ou de um espaço onde possa sentar-se. Que pode circular por toda a cidade sem sanitários públicos à sua disposição, porque não tem problemas urinários ou gástricos, não precisa de mudar fraldas a bebés, nem menstrua. Que não precisa de transportes públicos de qualidade porque obviamente vê bem, ouve bem, não tem dificuldades em conduzir e por isso circula com o seu próprio carro ou mota, com toda a garra, velocidade e sentido de pertença à cidade que legitima parar em cima do passeio para ir “num instantinho fazer qualquer coisa”, buzinar ferozmente quando alguém demora um pouco mais a atravessar a estrada ou quando outro alguém não arranca imediatamente quando o famigerado semáforo fica verde. Este nosso conterrâneo forte e valente não tem problemas respiratórios, não se constipa e é incansável. É por isso que pode com agilidade contornar todos os obstáculos que a cidade nos oferece, desde as obras que acontecem todas ao mesmo tempo, aos vasos de betão da Rua Alvares Cabral onde tentam a custo sobreviver pequenas árvores que esperamos que cresçam, e cuja lógica é difícil de compreender para nós, meros habitantes da cidade, que também não fomos capazes de perceber o quanto são modernas as paragens dos autocarros, que foram substituídas por outras que estão de acordo com o que de mais moderno há nos países do norte da Europa. Eu, cá por mim, acolhia de bom grado a modernice onde não existiam e continuam a não existir paragens com assentos e algum conforto e depois de nos irmos habituando a essas, já percebíamos melhor o conceito e já nem reclamávamos quando mudassem as que já existiam e nas quais conseguimos não perder o autocarro nas últimas dezenas de anos.

Aqui, de novo em tom irónico, recomendo que ouçam a ‘*Ciranda da Bailarina*’ da Adriana Calcanhoto, que vai bem com esta descrição: a bailarina é menina, mas também é a única que é perfeita e que, por isso, não existe.

Caros senhores, tenho más notícias para vos dar: correndo tudo bem, e espero verdadeiramente que sim, lá nos encontraremos na velhice. E lá vos ouvirei, como hoje ouço outros que já tiveram a oportunidade de nascer há mais tempo que nós, a dizer o quanto lamentam a casa sem elevador, os degraus absolutamente desnecessários que têm dentro de casa porque alguém disse que ‘ficava bonito’ e, claro, o facto de as plataformas de acesso aos autocarros não funcionarem, de os passeios serem estreitos e não poderem circular em segurança, entre tantas outras coisas.

Precisamos de aprender a envelhecer, é aquilo a que se chama ‘educação para o envelhecimento’, que deve ser uma aprendizagem pessoal, mas também tem de ser social e comunitária. Porque todas as pessoas envelhecem, todas as pessoas têm inerente à sua existência uma condição de vulnerabilidade e fragilidade que permite que, de um dia para o outro, ou com o passar dos anos, possamos ter a nossa capacidade de mobilidade condicionada, seja por motivos de ordem física ou mental... e aí lamentaremos que as cidades não são espaços mais inclusivos para todas as pessoas e reparamos no quanto não fomos capazes de ver que investir em acessibilidade é investir no presente e no futuro, de todos e todas.

É por isso que não há direito à cidade sem solidariedade, que tem de ser uma solidariedade intergeracional e que acolha todas as pessoas.

Como escreveu José Mário Branco, no seu incomparável FMI, e juro que me apetecia citar outros versos em vez destes, mas aqui fica este excerto e o convite a ouvirem todo o texto, com garra e atenção, até porque todas as pessoas devem ter direito a ser felizes até ao fim da sua vida, e as cidades devem ser facilitadores disso e não barreiras a uma vida plena.

“(…)

Ser solidário assim, para além da vida
Por dentro da distância percorrida
Fazer de cada perda uma raiz
E improvavelmente ser feliz
De como aqui chegar não é mistério contar
O que já sabe quem souber
O estrume em que germina a ilusão
Fecundará, por certo, esta canção

Ser solidário sim, por sobre a morte
Que depois dela só o tempo é forte
E a morte nunca o tempo arredime
Mas sim, o amor dos homens que se exprime

De como aqui chegar não vale a pena
Já que a moral da história é tão pequena
Que nunca por vingança eu vos daria
No ventre das canções, sabedoria”

(Educatrice Social, doutorada em Gerontologia e Geriatria, docente da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto)

Políticas alternativas na cidade (5)

Cidades para pessoas felizes: um ato de resistência

Por Ricardo Moreira

Há pessoas com uma visão romântica de que a sustentabilidade e o respeito pelo ambiente só estão presentes se as pessoas viverem no campo. Infelizmente, não é assim. É nas cidades, com a partilha e eficiência de recursos que podemos encontrar as respostas para a crise climática e ambiental.

Vivemos num tempo em que a maioria da população mundial já habita zonas urbanas. Esta concentração humana é uma oportunidade histórica para reinventar o modo como vivemos juntos. Mas essa reinvenção virá pela mão invisível do mercado ou pelas nossas próprias mãos. Virá de colocarmos as pessoas — e não os carros, os centros comerciais ou os fundos imobiliários — no centro da vida urbana. Os laços de vizinhança e o sentido de pertença a uma comunidade estão sempre ameaçados quando não criamos cidades para as pessoas se encontrarem no espaço público.

Esta ideia tem tido diferentes expressões, como a “Cidade 15 Minutos” de Carlos Moreno ou os Super Quarteirões de Barcelona inventados por Salvador Rueda. Mas a ideia é sempre a mesma: uma cidade tem de ser densa e próxima, com o espaço público como o coração da comunidade. Curiosamente, na construção dessas cidades para as pessoas descobrimos as peças para uma cidade sustentável e resiliente às alterações climáticas. Como sempre, isto anda tudo ligado.

A intenção é termos uma cidade de proximidade, com o trabalho perto de casa, assim como as escolas, os parques infantis, os espaços verdes, os mercados de bairro e mesmo os serviços públicos. Tudo perto, para podermos fazer a pé ou de bicicleta, usando os transportes públicos para as deslocações maiores e o carro quando nada mais é possível.

Uma cidade assim permite consumirmos menos energia fóssil nas deslocações, aumentar os espaços verdes, reduzir a poluição e termos mais espaço e tempo (porque não o perdemos em movimentos pendulares) para estarmos juntos.

Sem surpresa, as cidades para as pessoas são vistas pela direita e pela extrema-direita como um problema até porque são parte da solução para criarmos comunidade e para combatermos as alterações climáticas. Jordan Petterson, o influente intelectual de direita, diz que as cidades 15 minutos são uma ideia “tirânica” dos burocratas que nos querem encurralados e Joe Rogan, o influencer trumpista, diz que o conceito é para manter as pessoas presas.

No entanto, todas as cidades que avançaram no sentido da proximidade demonstram grandes resultados, como Paris fez recentemente, introduzindo muitos quilómetros de ciclovias protegidas, restringindo o trânsito em várias zonas da cidade, criando novas zonas verdes ou impedindo os carros de passar ao pé das escolas. As ruas e a cidade ganharam vida e as pessoas ganharam qualidade de vida e comunidade. Mas mesmo aí, a luta continua: sem justiça social, a cidade verde pode tornar-se apenas mais um luxo para os privilegiados.

Recriar novas cidades, com casas públicas que as pessoas podem pagar, transportes públicos que funcionam e gratuitos, com ciclovias e ruas pedonalizadas, com espaços verdes próximos de toda a gente, com comunidades de energia renovável com auto produção e consumo, usando soluções baseadas na natureza para criar uma cidade esponja e aumentando as zonas pedonais, é a tarefa que qualquer socialista, é um mapa para a nossa política autárquica e uma das tarefas mais entusiasmantes que podemos ter.

Lutar pelo Direito à Cidade e reconstruir as cidades como espaço de emancipação é o nosso próximo desafio autárquico, até porque uma cidade com pessoas felizes é um ato de rebeldia e insubmissão.

Cidade e mundo rural

Só conta quem aparece

- como a monocultura da cidade foi deixando muita gente para trás

Por Andreia Galvão

E o que há fora das grandes cidades? É a pergunta deste artigo, que aponta a importância de todo o território, e dos seus conflitos políticos e sociais.

Historicamente bastiões da esquerda, como o distrito de Beja (Alentejo) e várias freguesias rurais, votaram maioritariamente no Chega nas legislativas de 2025. Em Beja, o Chega liderou com aproximadamente 27 % dos votos, superando PS e AD, que ficaram ambos abaixo dos 24 %. No Norte rural (ex-freguesias rurais a Norte do Tejo), apesar de o PS ter tido vantagem em 2022, a queda em 2025 também foi significativa. A AD liderou na maioria dos concelhos, enquanto o Chega cresceu em influência, sobretudo entre eleitores rurais mais jovens. Em Itália, localidades rurais do norte como Salizzole votaram quase 50 % pela Brothers of Italy em 2022, graças à retórica anti-imigração e percepções de declínio económico local.¹ Em países como a Alemanha, Áustria, Hungria, Itália e Suécia, partidos de extrema-direita, euro cépticos ou anti-establishment ganharam terreno em zonas rurais. Por exemplo, na Alemanha, o AfD alcançou cerca de 32 % dos votos na região rural de Görlitz, alimentando-se da sensação de abandono por Berlim e Bruxelas. O livro bestseller de J.D.Vance, vice-presidente norte-americano, “Lamento de uma América em ruínas” é uma autobiografia de uma família dos montes de Appalachea, de uma zona ressentida política e economicamente, minada pela crise de opioides. A narrativa que ressoou de forma tão expressiva torna visíveis os mesmos cidadãos que Hillary Clinton denominou de “deploráveis” em 2016 enquanto era candidata às presidenciais. Numa entrevista feita ao órgão de comunicação NPR, Vance argumentou: “*Há um componente étnico latente na minha história. Na nossa sociedade consciente da questão racial, o nosso vocabulário muitas vezes não vai além da cor da pele de alguém — pessoas negras, asiáticas, privilégio branco. Por vezes, estas categorias amplas são úteis. Mas, para compreender a minha história, é preciso aprofundar os detalhes. Posso ser branco, mas não me identifico com os WASPs* [brancos anglo-saxónicos e protestantes, a elite social dos EUA] do Nordeste. Em vez disso, identifico-me com os milhões de*

norte-americanos brancos da classe trabalhadora, de ascendência escocesa/irlandesa, que não têm diploma universitário. Para estas pessoas, a pobreza é a tradição da família. Os seus antepassados foram trabalhadores diaristas na economia escravocrata do Sul, mineiros depois disso, mineiros de carvão a seguir, e mais recentemente maquinistas e operários fabris. Os americanos chamam-lhes hillbillies, rednecks ou white trash [termos depreciativos usados nos EUA para se referir a brancos pobres do meio rural, especialmente do Sul e dos Apalaches]. Eu chamo-lhes vizinhos, amigos e família”.

Segundo uma investigação divulgada pelo Público realizada a partir de uma sondagem à boca das urnas em 2022, o crescimento da direita radical nos espaços rurais não se explica necessariamente pela concentração significativamente maior de valores tradicionalistas/nacionalistas, nem por sentimentos maiores de privação financeira, mas sim por uma percepção crescente e generalizada de negligência política.²

A transformação

Nem sempre foi assim. Durante a década de 1930 a 1960 havia um voto rural progressista associado ao New Deal de Franklin D. Roosevelt. Nesta mesma altura, o Partido Democrata norte-americano era dominante em muitos condados rurais do Midwest e Sul pobre. Em França, regiões agrícolas do Sudoeste, como Ariège, Lot-et-Garonne, votavam massivamente no Partido Comunista Francês (PCF) até aos anos 80, vindo essa força das vivacidade que tinham estas casas do povo, cooperativas e sindicatos agrícolas. Durante estas épocas o espaço rural era marcado pelo conflito laboral organizado, haviam lideranças locais e o discurso político era concreto, focando-se muitas vezes na questão da propriedade da terra.

² <https://www.publico.pt/2024/02/01/politica/noticia/meio-rural-sentese-negligenciado-politica-votos-direita-radical-2078974>

¹ <https://euobserver.com/investigations/ar80697c00>

A partir dos anos 80 e 90 houve uma transformação profunda na economia do mundo ocidental. Em Portugal, por exemplo, a entrada na Comunidade Económica Europeia trouxe a Política Agrícola Comum (PAC), que contava com incentivos europeus que favoreceram explorações maiores e mais mecanizadas e a reconversão de culturas, o que tornou a competição impossível para muitos pequenos e médios agricultores. Com a automação e a aposta no setor dos serviços e da indústria ligeira o êxodo rural tornou-se uma realidade muito evidente.

Estas mudanças levaram a que o novo eleitorado dos partidos de esquerda e sociais-democratas se tenha passado a centrar nas classes médias urbanas, trabalhadores do setor público e jovens escolarizados das cidades. O recuo organizativo no território, resultado do modo como as populações se foram redistribuindo no território (fecho de sedes, menos protagonistas oriundos de espaços rurais), a mudança de prioridades programáticas (um discurso marcado mais pela abstração como a política climática que foi entendida em muitos territórios como adversa à ruralidade, criando muita crispação social-política), um certo elitismo (as populações do campo são muitas vezes apresentadas como atrasadas, conservadoras e pouco progressistas), bem como uma maior mediatização das campanhas políticas.

Com o êxodo rural e o abandono destes territórios estas populações foram-se tornando mais permeáveis ao discurso da direita radical que as torna visíveis e as empoderou (aparentemente) enquanto agentes da transformação social. E assim roubou uma dimensão significativa da classe trabalhadora.

É preciso voltar a permanecer

Há esforços que mostram que é possível recuperar e voltar a construir alternativas com os nossos concidadãos que têm sido abandonados, só pelo azar do seu código postal. Nos EUA, candidatos democratas que reconquistaram condados rurais (Minnesota, Wisconsin) visitaram pessoalmente todas as feiras, mercados e cooperativas durante meses. É preciso pensar de que forma se pode voltar a ter uma presença permanente espalhada no território, numa altura de refluxo financeiro, social e político da esquerda. O debate sobre a política climática pode ser um espaço para esta recuperação — é preciso juntar forças para pensar em como se pode construir com agricultores e pastores uma política verde, que não seja uma imposição “de cima” de natureza tecnocrática e autoritária. É preciso imaginar como se pode valorizar a identidade local sem a deixar ser tomada pela guerra cultural da direita que quer fazer equivaler todo o tradicionalismo com a política xenófoba e desigual.

Há um campo de disputa popular. E há uma insistência popular em romper a tecnocracia que tem dominado as nossas democracias, para tornar a vida digna mesmo que isso implique tornar o impossível possível. Calcemos as galochas, não poderemos evitar a lama.